

As Transformações da Pecuária de Corte no Estado do Pará

Autores:

**Márcia Valéria de M. e
S. Rolo** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**João Bosco Feitosa dos
Santos** – Doutor em
Sociologia –
Universidade Federal
do Ceará - UFC

Resumo

Este trabalho fez uma análise das transformações que ocorreram na atividade produtiva da pecuária de corte paraense a partir da implantação do Plano Real, do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV e da certificação das mesorregiões sul e sudeste como livres de aftosa com vacinação, denominadas pelo Governo do Estado do Pará de Área I. A pesquisa foi de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo esta realizada através de entrevistas semiestruturadas, orientadas por roteiros compostos de perguntas abertas e fechadas com grupos de pequenos, médios e grandes produtores criadores de gado bovino. Verificou-se que a partir do ano de 2002, o Estado do Pará passou a participar mais ativamente da exportação internacional de carne bovina in natura para a União Européia e para os Estados Unidos, principalmente em função do surto de BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina, também conhecida como “doença da vaca louca”, que ocorreu em ambos os países no ano de 1990, mas também em função da abertura comercial e financeira do mercado brasileiro e a estabilização da moeda, ambos gerados pela implantação do Plano Real. O mercado interno brasileiro também sofreu transformações quanto à comercialização da carne bovina, já que o consumidor brasileiro passou a ter maior poder econômico para o consumo do produto, assim como se tornou mais exigente quanto à sua segurança alimentar.

Palavras chaves: SISBOV, Pecuária de Corte, Estado do Pará, carne bovina.

Abstract

This paper made an analysis of the transformations that occurred in the productive activity of beef cattle from the Para Real Plan, the Brazilian System of Identification and Certification of Cattle and Buffaloes - SISBOV and certification of meso south and southeast as free of FMD with vaccination, named by the Government of the State of Pará area I. The research was qualitative in nature, with the methodological procedures bibliographical, documentary and field, being performed through semi-structured interviews, guided by scripts composed of open and closed questions with groups of small, medium and large producers cattle breeders. It was found that from the year 2002, the State of Pará began to participate more actively in international export fresh beef to the European Union and the United States, mainly due to the outbreak of BSE - Bovine Spongiform Encephalopathy, also known as "mad cow disease", which occurred in both countries in 1990, but also because of trade and financial openness of the Brazilian market and currency stabilization, both generated by the Real Plan. The Brazilian market has also undergone changes regarding the marketing of beef, as Brazilian consumers now have greater economic power for the consumption of the product, as well as become more demanding as to their food security.

Keywords: SISBOV, Cattle, State of Pará, beef.

Introdução

A partir do final da década de 60, em função da adoção de uma política de desenvolvimento que dava preferência aos incentivos à colonização, à migração e à expansão da pecuária como forma de ocupação dos “vazios” demográficos do país, a pecuária em larga escala foi introduzida na Região Amazônica, através da concessão de incentivos fiscais pelo governo federal, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que forneciam aos empreendimentos pecuários isenção do imposto de renda e financiamentos diretos para a formação de pastagens e desmatamentos, a fim de proporcionar o preenchimento dos “espaços vazios” com a fixação dos criadores e/ou sua mão-de-obra.

A partir do final dos anos 80, com a falta de recursos para financiar a produção, como explica Costa (1998b), ampliou-se o debate sobre a possibilidade de utilização de outro modelo de desenvolvimento para região. Diante disso foram desenvolvidos estudos no sentido de mostrar que a produção agrícola familiar apresentava grande potencial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (PROJETO CUT/CONTAG, 1998), já que até aquele momento o povoamento da região estava se realizando através da abertura de novas fronteiras agrícolas e de planos, programas e projetos de desenvolvimento criados sem nenhuma discussão ou sintonia com os moradores locais, mas apenas buscando uma forma de tornar aincientivar a migração na região.

Em 2002, com a implantação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - SISBOV, o agronegócio passou a ser um grande gerador de renda e divisas para o País. No Pará, a partir de 2004, com a certificação de suas mesorregiões Sul e Sudeste como zonas livres de aftosa com vacinação, o agronegócio passou a ser um dos mais fortes do mundo no que diz respeito à comercialização internacional de carne bovina. Uma prova disso é que a balança comercial brasileira tem se mantido em alta desde o ano de 2003 graças

prioritariamente ao agronegócio, já que o país é o maior exportador do mundo de açúcar, soja, laranja e carne de boi.

Entretanto, apesar da participação ativa no sucesso do agronegócio brasileiro no comércio internacional dos últimos 08 (oito) anos, o Estado do Pará ainda apresenta uma realidade de insuficiência de renda com relação ao pequeno produtor de gado, má localização da produção e deficiência nos sistemas de transporte e de armazenamento, sendo que tais circunstâncias influenciam no preço do produto, encarecendo os custos de comercialização e refletindo negativamente na sua geração de renda, do que se ressentem, principalmente, aqueles que abastecem o mercado interno.

De acordo com o cadastro animal da Agência de Defesa Agropecuária do Pará – ADEPARA, que está baseado no controle de movimentação de animais no Estado e nas vendas de vacinas que são comercializadas nos meses de maio a novembro para controle da febre aftosa, no ano de 2008, o rebanho bovino do Estado estava beirando os 20 (vinte) milhões de cabeças. Com o desfrute de 20%, o Estado disponibilizava anualmente quatro milhões de animais para abate, sendo que, desse número, a população paraense consumia em torno de um milhão de cabeças, ou seja, 25%. Os 75% restantes foram comercializados para fora do Estado, sendo que 2,2 milhões de animais foram absorvidos pelos frigoríficos.

Diante dessa realidade e considerando que o produtor é parte integrante e ativa da cadeia produtiva da carne bovina, considerou-se como objetivo dessa pesquisa a análise da repercussão socioeconômica da exportação de carne bovina na geração de renda do produtor rural a partir do ano base de 2002, partindo-se da premissa de que a partir desse período a geração de renda do produtor passou a ser influenciada diretamente pela exportação nacional e internacional de sua produção, observando-se seus efeitos no âmbito econômico, familiar e social.

Metodologia

A fim de se alcançar o objetivo da pesquisa, produziu-se pesquisa de natureza qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica em livros que tratavam de assuntos afins ao tema escolhido, uma vez que não há material bibliográfico específico sobre o assunto, em sites da internet que continham artigos e pesquisas de assuntos também afins ao tema, assim como em documentos de propriedade da Agência de Defesa Agropecuária do Pará – ADEPARÁ e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e através de dados obtidos no Censo Agropecuário de 2006 e junto à Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, à União das Indústrias Exportadoras de Carne -UNIEC e à Secretaria de Planejamento e Finanças do Estado do Pará – SEPOF. Foi realizada, também, pesquisa de campo tendo como ferramenta principal entrevistas semiestruturadas com grupos de pequenos, médios e grandes produtores de gado bovino no Estado do Pará.

Deve-se esclarecer que o método qualitativo foi utilizado, por se entender, em consonância com o pensamento de Minayo (1995), que, através dele, se consegue conhecer o verdadeiro significado das ações e intenções dos autores, com relação aos fatos, relações e as estruturas sociais relacionadas com os sujeitos envolvidos no objeto da pesquisa:

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações se tornam significativas (MINAYO, p. 53, 1995).

Quanto à pesquisa de campo, com base na afirmação de BEAUD & WEBER (2003, p.79) de que “a etnografia tem por vocação, dar a palavra aos humildes, à aqueles que, por definição nunca têm a palavra: tribos isoladas, em campos exóticos, povos colonizados (etnologia tradicional), classes dominadas ou grupos em vias de extinção nas sociedades desenvolvidas (etnologia no próprio meio)”, apesar de não estar buscando dar voz aos humildes ou àqueles que não têm oportunidade de verbalizar as suas opiniões, mas conhecer a realidade da geração de renda de um grupo que se encontra em franca ascensão

econômica em função do desenvolvimento de sua atividade produtiva, considerou-se a etnografia ou pesquisa de campo como o método ideal para se conhecer a realidade da geração de renda dos produtores de carne bovina paraense pois, além de desse método auxiliar a compreender a realidade mostrada, “aproximando o que está distante, tornando familiar o que é estranho”, foi a forma mais efetiva para a coleta de dados, já que não existe material bibliográfico ou documental que trate especificamente do tema analisado.

Diante disso, e também com base no método adotado por Minayo (1995), as entrevistas semiestruturadas foram fundamentadas em roteiro de perguntas abertas e fechadas, a fim de que as informações dadas pelos sujeitos pudessem demonstrar com clareza não só a realidade da situação vivida por eles enquanto fornecedores de carne para exportação internacional, mas também como abastecedores do mercado interno e/ou local, e, acima de tudo, as suas opiniões, sentimentos e idéias relacionadas ao objeto da pesquisa e às informações fornecidas pelos órgãos governamentais e à realidade das condições em que se realiza a sua atividade produtiva.

As entrevistas ocorreram em três fases, que aconteceram da seguinte forma:

1ª. Fase – Os médios e grandes produtores, tanto os exportadores como os que abastecem o mercado interno, por terem necessidade de estar constantemente fora de seu domicílio, em visitas às suas propriedades ou negociando contratos de fornecimento, seja com frigoríficos ou redes varejistas de supermercados locais e/ou situados em outras unidades da Federação, realizaram as suas entrevistas em seus escritórios, no início da manhã ou no horário de almoço. No caso dos pequenos produtores, como todos utilizavam recurso do PRONAF, foram entrevistados nas dependências da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI, que é o órgão responsável pela administração do programa, tendo sido necessárias três visitas da pesquisadora ao órgão.

2ª. Fase – A condução da entrevista semi-estruturada se deu através de roteiro produzido de acordo com o tipo de demanda atendida, ou seja, para os médios e grandes produtores exportadores internacionais foi utilizado o formulário tipo A; para os médios e grandes que abasteciam o mercado interno foi utilizado o formulário tipo B; para os

produtores que abastecem o mercado local foi o formulário tipo C e para os pequenos produtores foi utilizado o formulário tipo D. Deve-se observar que na maioria das vezes os médios e grandes produtores se encaixavam em mais de uma modalidade de questionário. Dessa forma, durante uma única entrevista, a pesquisadora respondeu a mais de um questionário, conforme fosse a modalidade em que se enquadrava o entrevistado e as informações respectivas a cada modalidade de questionário.

3ª. Fase – Após a aplicação das entrevistas, os resultados foram avaliados a fim de se verificar se havia necessidade de complementação das informações coletadas e/ou mudanças na metodologia estabelecida, a fim de se realizar avaliação e monitoramento dos mesmos de forma contínua, para a averiguação dos conhecimentos adquiridos. Diante disso, verificou-se a necessidade de visita à Delegacia Federal de Agricultura – DFA, a fim de solucionar algumas dúvidas que surgiram quanto ao funcionamento do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA.

O número de entrevistados se deu, levando-se em consideração a afirmação de BEAUD & WEBER (2003, p.119), de que não se deve se preocupar com o número de entrevistas a serem realizadas, visto que essa é uma falsa questão, pois dessa forma se estaria colocando no mesmo nível entrevistas aprofundadas, que é como os autores denominam as entrevistas gravadas, que apresentam status diferentes. Na verdade, entrevistas gravadas, como as realizadas, não visam produzir dados quantificados e, portanto não precisam ser numerosas, já que contêm informações que precisaram ser analisadas por si mesmas e relacionadas com as informações fornecidas pelos demais entrevistados e com os dados coletados em pesquisa documental.

A Pecuária de Corte no Estado do Pará

Com a globalização e a criação dos blocos econômicos, passou a ser condição *sinequa non* para a inserção do produtor rural de carne bovina no comércio internacional de alimentos o cumprimento das exigências da OIE quanto ao controle sanitário de sua produção. Essa situação ficou evidenciada com a reação do mercado quanto à Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), também denominada de “Doença da Vaca Louca”, que

ocorreu no continente europeu, na década de 1990, e que causou profundas alterações no processo de comercialização da carne in natura.

As atividades econômicas ligadas à produção, à transformação, à distribuição e ao consumo de produtos de origem animal e vegetal têm merecido, no Brasil, ao longo da última década, em virtude das exigências que o mercado consumidor passou a apresentar, atenção especial dos pesquisadores, governos e empresários, uma vez que o agronegócio vem contribuindo decisivamente para o equilíbrio das contas públicas.

Na verdade, o sucesso da pecuária de corte brasileira teve seu início já na década de 90, quando, em virtude da estabilização da economia e da abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional, o setor produtivo passou por um processo nítido de incorporação de tecnologias com uma parcela significativa de pecuaristas interessados em ingressar ou se manter no comércio internacional de carne bovina, ter passado a fazer uso de inovações tecnológicas a fim de obter maior eficiência produtiva, deixando de lado a produção com fins meramente especulativos e a compra e venda de gado como forma de obtenção dos lucros anteriormente proporcionados pela elevação de preços, passando a utilizar a pecuária de corte como principal fonte geradora de renda (IEL, CNA, SEBRAE, 2000).

Essa mudança de atitude refletiu no aumento de produtividade que ocorreu de 1995 a 2005, na ordem de 25% e o do rebanho de 9%. Esse ganho foi resultado da redução da idade ao abate dos machos em nove meses (de 44 para 35 meses de idade) e um aumento de 4,2 pontos percentuais na taxa de prenhez (de 66,6% para 70,8%) (ANUALPEC, 2006).

Entretanto, deve-se salientar que esse aumento de produtividade da pecuária bovina brasileira ainda não refletia a sua real potencialidade quanto à incorporação de tecnologias técnicas e administrativas. A quantidade de bovinos abatidos com uso de tecnologias de suplementação nutricional (confinamento, semiconfinamento e pastagens de inverno) ainda era baixa, num total de 5,4 milhões de cabeças, em 2006, quando comparada ao total de abate de 47,1 milhões de cabeças no mesmo ano. Outro fato que chama a atenção com relação à realidade da atividade no referido período é o elevado número de fêmeas abatidas no ano de 2006, 24,2 milhões de cabeças, sendo mais de 50% do total abatido (ANUALPEC, 2007), o que refletia o baixo preço da arroba.

O aumento da eficiência produtiva da pecuária de corte foi primordial para a lucratividade da pecuária de corte no Brasil, na última década, apesar de ainda existir uma grande diversificação e complexidade dos sistemas de produção de gado de corte, não havendo fórmulas e nem recomendações únicas, que possam ser largamente aplicadas por todo o Brasil, já que cada produtor desenvolveu seu sistema de produção, combinando suas metas às condições ambientais e mercadológicas (HEMBRY, 1991, apud ABREU et al., 2003), aliado à sua capacidade financeira e aos recursos humanos que dispõe, com responsabilidade social e ambiental.

Além disso, outro fator que teve grande influência nas transformações sofridas pela pecuária de corte, ao longo da última década no Brasil, foi, de acordo com Sarto et al. (2003), o aumento da preocupação dos consumidores de carne com relação à qualidade de sua produção e industrialização, o que é uma consequência benéfica da globalização, que garante ao consumidor obter informações atualizadas a respeito de segurança alimentar.

Como exemplo, pode-se citar a exigência de rastreabilidade bovina pela União Européia com relação aos países exportadores de carne bovina, com o surto da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), conhecida vulgarmente como “Doença da Vaca Louca”, na década de 90.

E como a União Européia, nesse período, já era um dos principais consumidores da carne bovina brasileira, responsável por aproximadamente 35% da exportação do produto, o que era equivalente a 45% da receita obtida, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) editou em janeiro de 2002, através da Instrução Normativa nº 1, o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), como forma de garantir que os produtores cumprissem com as exigências sanitárias de rastreabilidade e certificação.

A implantação do SISBOV foi tumultuada em virtude de dois fatores: as suas regras foram criadas levando-se em consideração às exigências da União Européia, isto é, espelhando a realidade da União Européia e não a do Brasil, e as divergências existentes entre os integrantes do MAPA e os produtores, principalmente no que dizia respeito à responsabilidade pelos custos provenientes do processo de rastreabilidade e se a adesão deveria ser obrigatória ou não.

Em vistas dessas divergências, na segunda metade da década de 90, foram realizadas significativas alterações na legislação sanitária brasileira, destacando-se as Portarias nº 145 e 304 do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária - MAPA. A primeira, em vigor desde 1996, exigiu que os cortes de carne bovina apresentassem registros como a data de abate, procedência, idade do animal, sexo, nome do corte, dados do fornecedor e telefones para reclamação. Já a segunda entrou em vigor em abril de 1999 e teve como objetivo promover a modernização da carne bovina, estabelecendo que a mesma chegará ao varejo desossada, respeitando os cortes tradicionais e com embalagem apropriada.

Silva e Batalha (2000) defendem a idéia de que a rastreabilidade foi de suma importância no ambiente institucional brasileiro da cadeia de carne bovina, pois além de aproximar o setor público do privado, já que ambos participaram da elaboração da proposta de implantação da rastreabilidade, resultou, em 2002, no SISBOV a fim de garantir a continuidade das exportações da carne bovina brasileira.

No Estado do Pará, com a implantação do SISBOV, os produtores de gado de corte que fornecem o produto para frigoríficos exportadores passaram, tendo o rastreamento de seu rebanho como requisito obrigatório para comercialização internacional, mais do que nunca, a utilizar a “meia” ou o sistema de parceria para diminuir os custos com a produção e aumentar o número de seu rebanho a fim de poder ter lucro em função da quantidade de bovinos vendidos aos frigoríficos, já que o preço da arroba não é diferente para o gado rastreado.

Já com relação aos produtores que fornecem carne para o mercado interno também não houve mudança no que diz respeito à geração de renda após a implantação do SISBOV, pois não havendo obrigatoriedade do rastreamento para a carne que circula nacionalmente e no mercado local, não elege como prioridade o atendimento às determinações sanitárias, já que isso significa aumento de custos na sua produção, que não terá retorno no momento do fornecimento ao frigorífico, já que o número de bovinos para atender àquela demanda é menor.

Quando se perguntou aos produtores entrevistados que fornecem carne bovina para o mercado interno brasileiro, acerca do que foi afirmado no parágrafo anterior, assim declararam:

“Eu vacino o meu gado de acordo com a determinação da ADEPARA (maio e novembro), mas compro onde vende mais barato. Quem tem obrigação de fiscalizar a origem da vacina é o governo, não eu. Além disso, não recebo nenhum real a mais pela arroba do boi no frigorífico ou preferência nos supermercados se cumprir com as exigências do SISBOV. Se o governo quer carne de qualidade aqui dentro, que nos ajude com os custos dos insumos. Ninguém fala em tabelar o preço do sal mineral, dos remédios, das sementes, mas sabe exigir. A gente só tem que ter cuidado em vacinar o gado, senão pegam a gente nas barreiras e sacrificam os animais.” (médio produtor)

“Os frigoríficos determinam o preço da arroba do boi e, quando o preço tá muito baixo, prefiro matar umas vacas (matrizes) e vender a carne no mercado de Castanhal; o lucro não é muito, mas dá pra pagar as contas e os empregados, fica zero a zero. Desde setembro que vendo boi vivo para o Nordeste e tenho tido mais lucro, já que não dependo de frigorífico para desossar o boi e os compradores não são exigentes, cobrando apenas a vacinação dos animais, por causa das barreiras. Mas também sei que a gente consegue mandar animais sem vacinação, se for de balsa, já que não conseguem fiscalizar todas os braços de rio do Estado, principalmente na Região do Salgado e Marajó.” (médio produtor)

E os pequenos produtores, sendo os entrevistados praticantes agricultura familiar, tiveram melhoras na geração de sua renda em função da implantação do SISBOV, pois passando o rastreamento a ser obrigatório para os produtores que fornecem carne bovina para os frigoríficos que comercializam o produto no mercado internacional e tendo esses produtores a necessidade de aumentar a quantidade de seu rebanho, mas não possuindo lugar em suas propriedades para isso e/ou grande quantidade de matrizes para garantir a renovação necessária de seu rebanho, passaram a fazer uso contínuo da “meia”, o que passou a garantir o aumento da renda daquele pequeno produtor, que “aluga a barriga” de sua vaca (s), tendo lucro com a atividade durante o ano todo, sem ter a despesa com a cria e engorda do bezerro, já que, após o desmame, ele vai para a fazenda do locatário.

Apesar de os pequenos produtores obterem renda direta da exportação de carne bovina, têm renda indireta que funciona como complementação da subsistência da família. Em todos os casos só utilizam a vaca no sistema de “meia” e para produzir leite para a família ou para ser vendido no mercado local, mas isso só quando têm mais de uma matriz, que intercalam na reprodução de bezerros e produção de leite.

Os pequenos produtores entrevistados baseiam a sua geração de renda principalmente na produção de hortifrutigrangeiros (salsa, cheiro verde, couve, pimentinha verde, alfavaca, chicória, alface, cebolinha, pimenta de cheiro e malagueta, criação de aves, suínos, ovos) que são utilizados para a própria subsistência, mas principalmente para comercialização no mercado local do município onde residem.

Assim declarou um pequeno produtor entrevistado:

“Tu é daqui, moça? Nós viemo do Piauí. Eu mais minha gente já passamo muita necessidade na nossa terra e vinhemo prá cá. Um irmão da minha muié já tava aqui e a gente veio atrás. Aqui é terra abençoada, com chuva e pastejo pros animais o ano todo. Tamos aqui há 15 anos, com criação de galinha, pato, que a gente vende na Feira de Benevides e quando o pessoal vai lá em casa, compra. É galinha caipira. A gente também tem uma hortinha, que a gente tira o de comê, mas também vende na feira. Temo três vacas e uma tá prenhe do boi do vizinho. As outras duas faço “meia” pro seu Arissandro que vende boi pra fora e precisa de muito boi. Ele “meia” com mais dois vizinhos. É dinheiro certo o ano todo. Já comprei geladeira e televisão e tô guardando pra comprá mais vaca. O seu Arissandro já agarantiu que me ajuda.” (pequeno produtor)

Percebe-se que, em linhas gerais, no território nacional, como o sistema de rastreamento não é obrigatório, para os produtores de gado de corte que comercializam o seu produto nesse meio não ocorreram significativas mudanças com relação à geração de renda. Entretanto aqueles que comercializam com frigoríficos exportadores, para que tenham compensação entre o que gastam com o cumprimento das exigências do SISBOV e

o valor pago pela arroba pelos frigoríficos, precisaram aumentar o número de gado bovino comercializado, a fim de que pudessem obter lucro.

Para se ter idéia da situação delicada em que vive o produtor de gado fornecedor de produto para frigoríficos exportadores, no período compreendido entre 2003 e 2007, em virtude do preço pago pelos frigoríficos pela arroba do boi ser considerado baixo, houve intenso abate de matrizes, causando escassez de animais de reposição e aumento da exportação do boi em pé para a Líbia e Venezuela. Essa situação só apresentou melhoras a partir de 2008, quando o abate de vacas diminuiu e a produção de carne bovina aumentou em função da recuperação dos preços do boi gordo.

Em função do relato dos produtores que fornecem carne para frigoríficos de exportação, percebe-se que os movimentos cíclicos de abate de matrizes de gado de corte sinalizaram os bons e maus momentos da produção e da correspondente geração de renda da pecuária de corte no Brasil. De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, entre 1996 e 1997 a matança de vacas foi extraordinariamente grande. Nos cinco anos seguintes houve escassez de bezerros, retenção de fêmeas e a baixa produção de carne bovina. A partir de 2003, o quadro se repetiu, com novo crescimento no abate de matrizes que durou até o final de 2006. E desde os primeiros meses de 2007 os animais de reposição se tornaram escassos, devido à crescente retenção de matrizes e queda da produção de carne bovina no País até 2009.

Comprova-se, então, que as variações da quantidade da produção de carne bovina estão intimamente associadas à maior utilização de vacas nos frigoríficos. Quando o rebanho se estabiliza, o abate de fêmeas limita-se às matrizes descartadas por velhice ou por infertilidade. No atual estágio da pecuária brasileira, o equilíbrio se dá quando o abate de fêmeas equivale a mais ou menos 45% do total de animais abatidos.

Mas para se entender o porquê desse equilíbrio, é necessário esclarecer que, quando o índice de abate de fêmeas ultrapassa 45%, significa que o rebanho está sendo reduzido. E se a taxa de abate ficar abaixo de 45%, significa que parte das matrizes foi poupada, o que faz o rebanho crescer.

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a partir de 2003, as taxas de abate de matrizes superaram 45%, o que diminuiu a oferta de bezerros. E em seguida ocorreu a diminuição do rebanho e declínio da produção de carne bovina. Com base em projeção do Instituto FNP, a escassez de animais de reposição e a diminuição dos abates de fêmeas ocorreram até 2009. E mais vacas para abate significa menor produção de carne bovina.

A redução esperada na oferta em relação ao pico de produção de 2006 era de até 900 mil toneladas de equivalente carcaça, o que ocasionou uma elevação no preço da carne, pois se presume que o consumo doméstico potencial deverá crescer apenas de modo vegetativo, ou seja, na mesma proporção do aumento da população, juntamente com o crescimento potencial das exportações. Os preços determinam o equilíbrio entre oferta e demanda, uma vez que na fase de alta do ciclo da pecuária, os preços sobem até alcançar o novo patamar de equilíbrio.

Na verdade, após a realização de entrevistas com médios e grandes produtores de gado de corte do Estado, percebe-se de acordo com as falas dos entrevistados que o elo da cadeia produtiva que realmente lucra com a exportação de carne bovina in natura são os frigoríficos, pois como são responsáveis apenas pelo processamento da carne sem se preocupar com os custos provenientes da obrigatoriedade da rastreabilidade, lucram tanto em períodos de equilíbrio de oferta como com a sua baixa, mas principalmente na baixa dos ciclos, pois nesses períodos ocorre o aumento da oferta de gado para abate, diminuindo a competição por matéria-prima, o que permite aumentar a escala de produção das indústrias.

Outro segmento da cadeia produtiva que também lucra com a baixa dos ciclos de acordo com a fala dos entrevistados é o segmento de recria e engorda do gado, pois os preços dos bezerros caem muito mais do que o do boi gordo, apesar de que na volta da alta do ciclo, o boi gordo tem um preço melhor, mas passa a valer menos que dois bezerros. E nessa situação quem sai perdendo são os pequenos produtores, que na sua maioria utilizam a pecuária como atividade de subsistência, trabalhando na “meia” com os médios e grandes produtores que fornecem carne para frigoríficos exportadores. Isso porque como esses compram deles crias para recria e engorda, na baixa de ciclo pagam o preço da arroba em um valor mais baixo, o que é forçosamente aceito pelos pequenos produtores, pois não tendo

condições de realizar a recria e engorda de um número elevado de animais, preferem ter esse prejuízo a ficar com um gado que não tem condições de manter, pois o lucro, mesmo que seja menor, acontece e ajuda na geração de sua renda.

A oferta de bezerras, em 2007, foi sensivelmente menor que em 2006, com redução de 800 mil cabeças, entre machos e fêmeas, limitando em 46,5 milhões o número do rebanho. Em 2008 e 2009 a situação piorou apesar de a demanda mundial continuar aquecida. (ANUALPEC 2008).

Conforme dados coletados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, isto se deu porque, além da produção de carne bovina estar diretamente ligada ao tamanho do rebanho, também é reflexo da melhoria do nível tecnológico da pecuária brasileira. Dessa forma, enquanto o rebanho cresceu 21% entre 2000 e 2006, a produção de carne aumentou 54%, ou seja, apesar de haver significativa melhoria dos índices de produção no período, aumentou também a disponibilidade de animais para abate, fazendo com que os preços da arroba caíssem, o que levou ao abate de matrizes, o desinvestimento e a produção de carne nos anos seguintes.

E tendo em vista a realidade de excedente de produção de bovinos, em 2006, a atividade de exportação do boi vivo no estado, que já acontecia desde 2003, teve um crescimento de 280% até 2009. Com isso, a representatividade dos animais exportados comparados aos animais abatidos passou de 4% em 2006 para 18% em 2009.

Mas, por que a exportação do boi vivo obteve tanto desenvolvimento no Pará?

As exportações de carne bovina no Brasil são importantes não só para manter o PIB em alta, como também para manter o escoamento da produção, além de garantir renda quando o mercado interno não absorve a produção. No caso do Pará, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE, em 2003 o consumo de carne bovina era de aproximadamente de 22,4 quilos por ano, enquanto a disponibilidade de carne por habitante (considerando a carne produzida no estado), na mesma época era cerca de 98 quilos por ano, caindo para 72 quilos por habitante em 2009.

Ora, a não ser que o consumo de carne tivesse crescido, por exemplo, em 200% entre 2003 e 2009, o que seria impossível, já que de acordo com dados do IBGE o PIB per capita do Pará cresceu apenas 20% no período e, segundo a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará (SEPOF), o consumo de carne está totalmente atrelado à renda da população, não haveria como o mercado interno consumir o excedente de produção desse período, fazendo com que esse excesso fosse destinado a outras regiões brasileiras, como já acontece.

Dessa forma, no Pará, a exportação de boi vivo ou “gado em pé”, como também é denominada, ganhou grande impulso, já que no mercado paraense havia produção que atendesse não só o mercado interno, como a exportação de carne e a de boi vivo. Essa situação não foi diferente em outros estados brasileiros que também são exportadores de carne bovina e participam do comércio internacional de boi vivo, como Mato Grosso do Sul, Amapá e São Paulo.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- MDIC, a partir de 2006, com o aumento da arroba do boi, o Pará se consolidou como maior exportador de gado em pé do Brasil, com 96% do embarque em 2009.

O MDIC também informa que, entre 2003 e 2006, o Líbano foi o único comprador de gado bovino do Brasil. Isso porque, em função de questões religiosas e culturais que envolvem o abate e manuseio da carne consumida no País, o Líbano é um grande comprador de bois vivos. A partir de 2007, a Venezuela, em função de problemas políticos e econômicos, passou a importar matéria- prima para abastecer suas empresas locais, tornando-se então o principal importador de gado em pé no Brasil. São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Amapá, ao longo dos últimos sete anos, também tiveram representatividade no mercado do boi vivo. No Pará, o Município de Paragominas é o maior fornecedor de gado vivo para exportação.

Considerações Finais

Com base no material coletado através das entrevistas realizadas com pequenos, médios e grandes produtores e das informações obtidas junto à Agência de Defesa

Agropecuária do Pará – ADEPARA, conclui-se que apesar do sucesso da exportação da carne paraense, é de extrema importância que o governo crie medidas que fortaleçam, de forma uniforme, a cadeia produtiva, já que até outubro/2010, o Estado possuía 115 (cento e quinze) mil produtores rurais se dedicando à atividade pecuária, sendo na sua maioria médios e pequenos produtores que criam até 200 cabeças, o que representa 85% das propriedades que desenvolvem a pecuária no Estado.

A partir dessa realidade, percebe-se que é necessário que o Governo Estadual crie políticas públicas que garantam não só o financiamento e o aperfeiçoamento técnico da atividade, como também a integração da cadeia produtiva, apoiando a formação de parcerias horizontais entre os grandes e os pequenos produtores, fazendo com que esses participassem da exportação de carne bovina não somente através do “sistema de meia”, mas através de verdadeiras parcerias entre eles, combinando, por exemplo, como já está acontecendo no Município de Paragominas conforme relato de um grande e um médio produtor com propriedade lá estabelecida, na cria e engorda animais de corte e de dupla aptidão (corte e leite), a fim de que se tivesse melhoria de qualidade do rebanho na pecuária de corte em virtude da comercialização internacional, mas também do gado leiteiro do pequeno produtor, o que garantiria renda fixa ao pequeno produtor e abastecimento de pequenas empresas processadoras de derivados do leite lá estabelecidas.

Faz-se necessário, também, que sejam criadas linhas de crédito para priorizar a reestruturação dos frigoríficos de pequeno porte já em operação no Estado, a fim de que os mesmos possam se modernizar e atender plenamente aos médios produtores que comercializam a sua produção no mercado interno, mas principalmente ao pequeno produtor que comercializa a sua produção no mercado local, assim como incentivar a criação de novos frigoríficos dessa categoria, a fim de que seja garantida, acima de tudo a segurança alimentar da sociedade paraense, já que era uma forma do poder público acabar de vez com a existência dos matadouros clandestinos, que subsistem, em grande parte, além da falta de fiscalização, graças a falta de condições técnicas dos frigoríficos de pequeno porte em atender a demanda que se lhe apresenta no mercado local.

Essa afirmação se dá em virtude da fala dos médios produtores que abastecem o mercado local quando se perguntou de que modo ele comercializa a sua produção e como é a relação deles com os frigoríficos, pois todos os entrevistados criticaram os frigoríficos que atendem exclusivamente ao mercado local, que são os que possuem Sistema de Inspeção Estadual (SIE) e/ou Sistema de Inspeção Municipal (SIM), afirmando que alguns deles não estão equipados seja com relação a quantidade de máquinas ou em qualidade e quantidade de mão-de-obra para garantir o atendimento à legislação sanitária quanto ao corte da carne e à sua rotulagem, o que faz com que se vejam obrigados a procurara o serviço daqueles que possuem o Sistema de Inspeção Federal, ou seja, grandes frigoríficos, a fim de que possam ver seus produtos nas prateleiras das redes locais de supermercado. Além disso, tendo em vista o corporativismo imposto pelos grandes frigoríficos, os frigoríficos de pequeno e médio porte têm oportunidade comercial reduzida junto às redes de supermercado.

Um exemplo desse corporativismo se deu em 2009, de acordo com dados fornecidos pela Federação dos Agricultores e Pecuáristas do Estado do Pará - FAEPA quando o Pará teve uma oferta de 3.377.877 de cabeças de gado, com uma taxa de desfrute (percentual anual de rebanho pronto para o abate) de 22%, o que equivale a 912.026 toneladas de carne, demonstrando que há um excedente de 656 toneladas, sendo que apenas 1,07% da carne ofertada, foi exportada, porque os frigoríficos trabalharam com capacidade ociosa para manter o preço da arroba do boi em valor que lhes era conveniente para garantir o seu lucro.

Os frigoríficos com Sistema de Inspeção Federal (SIF), que são todos frigoríficos de grande porte, é quem realiza a comercialização internacional da carne bovina paraense, detendo assim ação corporativa e poder de mercado e atuando com total liberdade na determinação do preço do boi gordo, tendo assim completo controle da cadeia de valor para trás. E isso gera grande insatisfação entre os produtores, conforme se pôde verificar nas entrevistas realizadas com os médios e grandes produtores que vêem os frigoríficos como a fonte de todos os males que interferem na geração de renda proveniente da sua atividade produtiva.

Da mesma forma, a fim de que a comercialização da carne bovina seja rentável não só à nível internacional para um grupo de produtores, como também no mercado nacional, regional e local para todos os que praticam a atividade, torna-se necessário que o poder público, por exemplo, crie políticas de incentivo à criação de micro e pequenas empresas que tenham conexão horizontal com a produção de leite e de pequenos animais (ovinos e caprinos), o que beneficiaria não só o pequeno produtor que já comercializa a sua produção de forma amadora no comércio local de onde está situada a sua propriedade, como incentivaria a diversificação da atividade do médio e do grande produtor.

Outros sim, seria muito útil à geração de renda dos pequenos e médios produtores a criação de pequenos estabelecimentos para processamento de carne, leite e couro nos Municípios onde estão situadas as suas propriedades, gerando assim a verticalização da geração de renda proveniente da comercialização de carne bovina, já que todos os que participam da cadeia produtiva do gado de corte se beneficiariam.

Percebe-se uma grande insatisfação dos médios e grandes produtores no que diz respeito à atuação do estado como parceiro na comercialização da carne bovina paraense, uma vez que ao serem perguntados sobre a atuação da ADEPARA e do MAPA na fiscalização da comercialização da carne todos foram unânimes em demonstrar a sua total insatisfação com ambos os órgãos públicos. E na verdade se percebe que a insatisfação não se dá somente quanto à fiscalização, que entendem ser de pouca efetividade, pois alguns deles já tinham transportado, pelo menos uma vez, a sua produção clandestinamente e não tiveram nenhum problema quanto a emissão de GTA (Guia de Trânsito Animal) em plena Área 1, pois pagaram propina para os fiscais dos postos de fiscalização respectivos, mas porque se sentem totalmente desamparados pelo poder público.

Alegam que mesmo após a certificação da Área 1 como zona livre de aftosa por vacinação, não receberam nenhum tipo de apoio na sua atividade produtiva, principalmente aqueles que comercializam a sua produção no mercado internacional e que por isso precisam aderir ao SISBOV, o que lhes obriga a ter seu rebanho rastreado, ou seja, desde os insumos utilizados na recria e engorda, vacinação, alimentação, tem que ser de qualidade e dentro dos padrões exigidos pelo sistema e isso é sinônimo de maior despesa, sem nenhuma bonificação em troca, pois o preço da arroba não sofre nenhum acréscimo por isso. Eles

encaram isso como um “conto do vigário legalizado”, nas palavras de dois grandes produtores. É por essa razão que os que comercializam no mercado interno não fazem questão nenhuma de aderir ao SISBOV, apesar de concordarem que é de grande importância a manutenção segurança alimentar na carne bovina que produzem e que o SISBOV é o meio utilizado para isso.

Torna-se necessária também a integração entre os elos da cadeia produtiva de carne bovina no estado, mas que essa integração ocorra principalmente entre os produtores, os frigoríficos e as instituições, criando-se um sistema de governança que forme um arranjo institucional, com a participação de instituições financeiras, universidades, de pesquisa, a fim de buscar o desenvolvimento empresarial da atividade produtiva, estimulando a organização da produção e a integração vertical com os frigoríficos e/ou supermercados.

É de extrema importância para a economia do Estado do Pará que a pecuária de corte alcance números cada vez maiores não só com relação ao PIB, já que atualmente representa a terceira principal fonte de receita do estado, atrás apenas de setores de serviços e indústria, mas também que se mantenha responsável por boa parte dos empregos diretos e indiretos no campo.

De acordo com os números da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará (SEPOF), o PIB paraense é de aproximadamente R\$ 39 bilhões, sendo que o PIB da agropecuária (agricultura, pecuária, silvicultura e pesca) corresponde aproximadamente a 10% desse total, ou R\$ 3,9 bilhões.

Entretanto, através das entrevistas realizadas se confirmou, quando se perguntou como se realizava a comercialização da produção, que ainda se apresenta a seguinte realidade no meio rural paraense: difícil acesso rodoviário, com estradas esburacadas, mal sinalizadas, mal iluminadas ou sem iluminação, sem policiamento, algumas vezes sem asfalto, o que dificulta o escoamento da produção até os frigoríficos. Não raro ocorrem acidentes pela falta de sinalização e/ou iluminação, assim como são comuns os roubos de carretas inteiras de bois, que dificilmente são recuperadas, já que normalmente o carregamento já é roubado com comprador certo, que encaminha a carga direto para um matadouro clandestino ou até mesmo para um frigorífico, que aceita a situação, pois também recebe pagamento por isso.

Aliás, foi voz corrente entre os entrevistados que o campo se encontra totalmente esquecido pela segurança pública, sendo comum que um bandido quando quer se esconder da polícia vai para a casa de algum parente ou amigo que reside no meio rural, sendo muitas vezes contratado como mão-de-obra nas fazendas, em função da amizade de sua família com seus proprietários ou com o capataz, que é a pessoa que fica responsável pela propriedade quando o produtor tem mais de um estabelecimento rural, precisando se ausentar de algum deles.

No que diz respeito à exportação de boi vivo, de acordo com a ADEPARA, não foi produzido nenhum estudo realizado pelo governo do Estado ou instituição de pesquisa quanto à viabilidade da exportação do boi vivo para a cadeia produtiva de gado de corte do Estado do Pará, apesar de que desde 2007 tem se tornado expressivo esse tipo de comércio, tendo a adesão cada vez maior por parte dos médios e grandes produtores, já que o preço da arroba do boi, conforme relato de médio produtor entrevistado, é maior do que o valor pago pela carne desossada. Além disso, conforme relato do mesmo entrevistado é possível, no mercado interno nacional, se negociar direto com o comprador, sem a interferência de frigorífico.

Ficou claro, também, através das entrevistas realizadas, que falta de organização na cadeia produtiva da pecuária, assim como a ausência de políticas públicas orientadas para a sua melhoria, pois, mesmo com o desenvolvimento da atividade produtiva ao longo dos últimos oito anos, tanto o uso do solo, quanto a geração de renda, como a disponibilidade alimentar à população não tem recebido atenção merecida por parte do governo, sendo levado em conta apenas a capacidade lucrativa da atividade produtiva. Não existe diálogo entre aqueles que integram essa cadeia, como também não existe diálogo com o setor ambientalista, que tutela interesses difusos de grande importância.

Na verdade, a melhor perspectiva com relação ao crescimento da exportação e a preocupação pela crise climática causada pelo desmatamento para a formação de pasto é a criação de políticas públicas que estimulem os atores econômicos (produtores, frigoríficos e mercado consumidor) a manterem um diálogo constante com o setor ambientalista a fim de que se torne comum entre os produtores de gado de corte a utilização de manejo sustentável na sua atividade produtiva.

Outros sim, o Poder Público precisa criar políticas públicas que insiram efetivamente o pequeno produtor rural na cadeia produtiva da pecuária de corte paraense disponibilizando financiamentos e conhecimento técnico de manejo sanitário, uma vez que não basta apenas que ele participe dela pelo fato de “alugar” a barriga de suas vacas aos médios e grandes produtores exportadores, mas que obtenham o conhecimento técnico necessário não só para produzir gado leiteiro e de corte com qualidade, como para manusear o sangue, os ossos, o sebo e o couro dos animais enviados aos frigoríficos. De acordo com estudo realizado pela SEPOF, atualmente, 80% (oitenta) por cento desse material é descartado, sendo que com relação à parcela aproveitada, apenas 5% (cinco) por cento é manuseado por empresas da região.

Diante de todos os dados coletados durante a pesquisa, conclui-se que a atividade pecuária no estado do Pará necessita de um novo posicionamento em todos os segmentos da cadeia, visando adequar-se às novas demandas do mercado consumidor, cada vez mais exigente e segmentado. Os seguimentos da cadeia produtiva paraense devem estabelecer uma comunicação clara entre si, com o poder público e com o mercado, já que a transmissão das informações a partir do setor produtivo representa a segurança dos consumidores na outra ponta da cadeia.

Referências

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ – ADEPARÁ. Disponível em: www.adepara.pa.gov.br Acesso em junho/2010.

ANUALPEC 2006: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo. FNP Consultoria e Agroinformativos, 2006

ANUALPEC 2007: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo. FNP Consultoria e Agroinformativos, 2007

ANUALPEC 2008: Anuário da Pecuária Brasileira. São Paulo. FNP Consultoria e Agroinformativos, 2008

BEAUD, Stephane. WEBER, Florence. Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

CHIZZOT, A. Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br. Acesso em junho/2010.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Criação de Bovinos de Corte no Estado do Pará. 2006

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Índices e preços agropecuários: preços de terras, salários e serviços. FGV. Rio de Janeiro, 2007

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2007.

MINAYO, M. C. S. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo. Rio de Janeiro, 1995.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PACUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano Agrícola e pecuário. 2008/2009. Brasília. 2008

SCOT CONSULTORIA. Vantagens e mais vantagens da exportação de gado em pé. Carta Boi Edição 86, dezembro 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DO PARÁ – SEPOF. Produto Interno Bruto. Disponível em: www.sepof.pa.gov.br. Acesso em junho/2010.

SILVA, C. A. B.; BATALHA, M. O. Estudo sobre eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília: IEL, 2000.